

Tábua de salvação

INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR SÃO NOVAMENTE
SOCORRIDAS PELO GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO PERDÃO DE
DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS EM TROCA DE BOLSAS DO PROUNI



PNE AMEAÇADO

RECURSO APRESENTADO
NA CÂMARA ADIA
TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI QUE
CRIA O NOVO PLANO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO

COTAS INCOMODAM

ELITE CONSERVADORA
E SETOR PRIVADO
DE ENSINO CRITICAM
APROVAÇÃO DE COTAS
SOCIAIS E RACIAIS NAS
INSTITUIÇÕES FEDERAIS

ENTREVISTA EXCLUSIVA

NOVO MINISTRO DO
TRABALHO E EMPREGO,
BRIZOLA NETO, FALA
COM EXCLUSIVIDADE
SOBRE OS DESAFIOS DA
PASTA

3 EDITORIAL

Mais um ciclo vitorioso

4 EDUCACIONAL

Recurso atrasa a tramitação do PNE

8 MERCANTILIZAÇÃO

IES comemoram lucros exorbitantes

10 NACIONAL/ARTIGO

Democracia e Desigualdade:
Mulheres e STF

14 CAPA

Governo socorre Instituições privadas

18 INTERNACIONAL

Contee participa do seminário
Red Estrado

20 ENTREVISTA

Novos rumos do MTE

26 CURTAS DAS FILIADAS

30 JURÍDICO/ARTIGO

A nova Lei de cooperativa de
trabalho

34 NACIONAL

Mulher brasileira trabalha mais do que
homem

36 CURTAS DA CONTEE

40 SINDICAL

Argentina sediará encontro sobre
Ensino Superior

42 EM ALTA, EM BAIXA

44 EDUCACIONAL

Leis de cotas nas federais
incomoda setor privado



Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tiragem - **3 mil exemplares**; Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Diretoria Executiva

Coordenação Geral

Madalena Guasco Peixoto

Secretaria Geral

Cristina de Castro

Secretaria de Assuntos Educacionais

Adércia Bezerra Hostin

Secretaria de Assuntos Jurídicos

João Batista da Silveira

Secretaria de Comunicação Social

Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria de Finanças

José Roberto Torres Machado

Secretaria de Formação e Políticas Sociais

Rita Fraga de Almeida Zambon

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais

Fábio Eduardo Zambon

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia

Nara Teixeira de Souza

Regional Sul

Cássio Filipe Galvão Bessa

Regional Sudeste

Francílio Pinto Paes Leme

Regional Centro-Oeste

Edson de Paula Lima

Regional Norte

José Carlos Padilha Áreas

Regional Nordeste

Manoel Henrique Filho

DIRETORIA PLENA

Abigail Carvalho

Amarildo Pedro Cenci

Ailton Fernandes

Airton Duarte Cunha

André Luiz Giudicissi Cunha

Ângelo Lacerda Rocha

Cristina Kavalkiesvicz

Eduardo Assis Fonseca Botelho

Erivelton José Konfideira

Franciso Perez Levy

Gilson Reis

João Jorge de Araújo Armênio

João Marques da Fonseca Filho

José Jackson Bezerra

Lavinia Rosa Rodrigues

Luiz Alberto W. Grossi

Márcia Almeida Machado

Márcia de Alencar Santana

Nivaldo Pinto Ferreira

Olmir Luiz Paludo

Oswaldo Souza Santos

Rodrigo Pereira de Paula

Valdir Graniel Kinn

Walteir Luiz Betoni

Wanderley J. Quêdo

Wellington Teixeira Gomes

Wilson Melo Sodré

CONSELHO FISCAL

Helder Abud Paranhos

Gisele Vargas

Robson Terra Silva

Mais um ciclo vitorioso

A CONTEE chega ao seu 8º Congresso com a sensação de dever cumprido. Muitos foram os desafios enfrentados no último período e, por isso, o trabalho foi incansável e cotidiano. O empenho de cada companheiro e companheira nas batalhas travadas foi coroado por importantes conquistas, com ênfase à participação destacada da Confederação na histórica e vitoriosa Conferência Nacional de Educação (CONAE) e ao árduo e trabalhoso acompanhamento da tramitação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) – que já sinaliza novas lutas no porvir.

As questões práticas e corporativas, bem como as lutas sindicais no geral, também foram desenvolvidas com dedicação e compromisso, avançando na defesa dos direitos dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino e no enfrentamento vigoroso do processo de mercantilização da educação em nosso País.

Por isso, nesta edição da revista CONTEÚDO, trazemos um breve apanhado de algumas das mais importantes atividades realizadas nos últimos anos na Confederação. Nas páginas a seguir, você encontrará também uma entrevista exclusiva com o novo Ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, a respeito dos desafios estabelecidos para o mundo do trabalho no Brasil.

Nossa matéria de capa aborda de maneira crítica as recentes medidas do Governo Federal que, mais uma vez, socorrem e beneficiam indiscriminadamente o setor privado de ensino, por meio de um novo aporte de verbas públicas para as Instituições de Ensino Superior privadas, através do perdão de dívidas fiscais por bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Entre outros temas, confira ainda informações e opiniões sobre a Lei das Cotas, os rumos do Plano Nacional de Educação e as novas aquisições do “mercado” educacional. Não deixe de se informar sobre algumas das mais recentes atividades realizadas no último período pelos sindicatos e federações filiados à CONTEE.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE



Recurso atrasa *tramitação do PNE*



Após comemorar a aprovação do investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, ocorrida na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que acompanhou a tramitação do Projeto de Lei 8035/2010, que cria o novo Plano Nacional de Educação, as entidades nacionais de educação e a sociedade brasileira testemunharam um significativo retrocesso: a apresentação de recurso que leva o Projeto para a apreciação do Plenário da Casa.

O requerimento foi visto como uma ameaça para a educação brasileira, uma vez que a medida adia a aprovação do Plano e deixa o Brasil sem planejamento para o setor e sem definição da política educacional a ser seguida no País.

Totalmente absurdo, por contestar uma decisão unânime da Comissão Especial da Câmara que acompanhava o PL e na qual estavam representados, por acordo, todos os partidos políticos, o recurso, se aprovado, leva o Projeto para a votação em Plenário, reiniciando todo o seu processo de tramitação, elaboração e apresentação de emendas e disputas — tendo prazo indeterminado para aprovação. Nesse processo, os avanços alcançados podem ser perdidos e o que havia de melhorar pode se tornar ainda pior.

Visto como um desrespeito ao trabalho dos parlamentares da Comissão Especial, bem como a todos os cidadãos envolvidos no processo de construção do novo

PNE, que há um ano e meio vêm atuando, debatendo e formulando propostas e diretrizes para a transformação da educação brasileira — o recurso recebeu 80 assinaturas, algumas já retiradas, graças à pressão da sociedade brasileira. A lista completa com o nome dos Deputados que assinaram o recurso pode ser acessada no Portal da CONTEE (www.contee.org.br).

Para a Secretária de Assuntos Educacionais da CONTEE, Adércia Hostin, a apresentação o requerimento representa uma

perda para a educação. Segundo Adércia, “um PNE avançado, que refletisse os debates ocorridos na última CONAE, seria capaz de redefinir os rumos da educação brasileira, contribuindo para o desenvolvimento nacional justo e soberano”, acredita.

Para o Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, “levar o PNE ao Plenário significa atrasar os rumos da educação, impor risco de prejuízo ao texto e retardar o direito à educação de milhões de familiares, estudantes e professores brasileiros. Correto seria debater o projeto no Senado, deixando a tramitação avançar”, disse.

A deputada Fátima Bezerra (PT-RN), que compunha a Comissão Especial, criticou a atuação do Governo. “Não concordo, é um equívoco. O PNE foi debatido em todo o País por mais de dois anos. A postura deveria ser de permitir que o Plano seguisse para o Senado para aprofundar ainda mais as discussões e permitir uma aprovação ainda este ano”.


De acordo com a Secretaria de Relações Insti-

tucionais (SRI) da Presidência da República, o tema “envolve muitos recursos” para ser discutido apenas por uma Comissão Especial com 16 Deputados. Entretanto, é preciso destacar que foi o próprio Governo que articulou a criação da referida Comissão – opção que, no início da tramitação do Projeto, não agradou os movimentos sociais e educacionais.

O último PNE esteve em vigor entre 2001 e 2010 e, desde então, o País não tem um novo Plano aprovado. Ponto crucial para a apresentação do recurso, a pressão até então exercida pelo Governo contra a meta dos 10% do PIB para educação foi vista como um contrassenso. Afinal, a defesa da ampliação do investimento no setor como questão fundamental para a superação das desigualdades e das injustiças sociais impostas à população pobre do Brasil é uma bandeira histórica dos movimentos sociais e dos partidos progressistas, e foi colocada, inclusive, como compromisso de Campanha da, então candidata, à Presidência da República, Dilma Rousseff.

Recentemente, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) divulgou estudo afirmando e comprovando a necessidade de ampliação dos recursos no setor para que seja possível, de fato, avançarmos de maneira concreta na democratização do acesso à educação pública de qualidade em nosso País.

A CONTEE também lamenta que a estratégia adotada, que compromete bandeiras tão importantes e, principalmente, faz eco aos discursos reacionários e conservadores – propagados na mídia hegemônica, que querem nos fazer acreditar que o País não necessita de mais verbas para a educação. A velha cantilena de que apenas melhorar a gestão dos recursos é suficiente já se mostrou comprovadamente equivocada.

A votação do recurso 162/2012 apresentado pelo Governo está prevista para o dia 19 de setembro. Uma petição pública que pede a retirada das assinaturas dos Deputados pode ser lida e assinada pela internet: http://www.avaaz.org/po/petition/Contra_o_Recurso_1622012_em_defesa_da_educacao_publica_brasileira_por_um_PNE_pra_Valer/?fszMsdb&pv=1 

Luz no fim do túnel



Em reunião com lideranças estudantis da UNE (União Nacional dos Estudantes), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e da ANPG (Associação Nacional do Pós-Graduandos), realizada no dia 22/08, em Brasília-DF, a Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro da Educação Aloizio Mercadante sinalizaram apoio do Governo à meta de investimento de 10% do PIB em Educação, caso seja aprovada a destinação de 100% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para investimentos em educação – propostas que tramitam no Congresso.

O PNE já previa os investimentos do Pré-Sal em educação, mas só agora a vinculação dos recursos ganhou apoio explícito do governo. De acordo com o ministro, não haverá tentativas de reduzir o percentual de investimentos para menos de 10% do PIB. “O debate que o governo quer é este: quais são as fontes, de que lugar virá o dinheiro, porque senão estamos aprovando metas que não têm como se viabilizar. Queremos que os 10% sejam uma referência, mas não basta definir uma meta se não tem os instrumentos”, disse.

Segundo Mercadante, “se as reservas são o que elas prometem ser, e o preço do petróleo continuar evoluindo historicamente, teremos recursos muito importantes para mudar definitivamente a educação”, avaliou.

A luta incansável das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros, bem como da CONTEE e de toda a sociedade, continua. Nesse propósito, renovamos nossas forças e seguimos enfrentando todos os obstáculos que se colocarem pelo caminho para que possamos, efetivamente, transformar o Brasil em uma Nação justa e igualitária.

Com informações da Agência Brasil

Mercantilização:

IES comemoram *lucros exorbitantes*

Com o fim do segundo trimestre de 2012, Anhanguera e Estácio exaltam seus resultados financeiros e comemoram a redução de custos, a partir da utilização de novas tecnologias, e a perseguição a estudantes inadimplentes.



Os “excelentes resultados econômicos” de dois grandes conglomerados educacionais mercantilistas foram exaltados pela grande imprensa no último período. Jornais como Estadão e Valor Econômico se dedicaram a repercutir o êxito orçamentário dos balanços

divulgados, em agosto de 2012, pela Anhanguera Educacional e pela Estácio de Sá.

De acordo com o divulgado, na Anhanguera, a receita líquida somou R\$ 320 milhões, alta de 20%, e o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia quase dobrou para R\$ 96 milhões, sem considerar as faculdades adquiridas.

Na Estácio, a receita líquida registrou um crescimento orgânico de 16%, atingindo R\$ 290 milhões, e o Ebitda saltou de R\$ 23 milhões para R\$ 38 milhões, entre abril e junho.

De acordo com os jornais, se as aquisições forem levadas em conta, os números tornam-se ainda mais expressivos. A Anhanguera, que comprou a Uniban em setembro 2011, alcançou lucro líquido de 24,6 milhões de reais, somente no segundo trimestre – resultado mais que três vezes superior aos 8 milhões de reais obtidos no mesmo período de 2011. Na Estácio, que fez um número de aquisições menor, o lucro mostrou aumento de “apenas” 91%, atingindo R\$ 15 milhões.

Segundo comunicado da Anhanguera distribuído para a imprensa: “O crescimento do número de alunos, diluindo custos fixos, a continuidade da introdução do modelo acadêmico Anhanguera em unidades adquiridas e o crescente uso de novas tecnologias educacionais permitiram à companhia expandir significativamente as margens de suas unidades”. O documento, evidentemente, deixa de fora questões como: investimentos em pesquisa, contratação e remuneração decente de professores e melhores condições de trabalho – fatores diretamente relacionados à qualidade de ensino ofertado.

Dessa vez, a inadimplência, costumeiramente acusada de minar a saúde financeira das Instituições privadas de Ensino Superior, não atrapalhou. Mas isso se deve, de acordo com os próprios responsáveis pelas IES, à política de perseguição e punição aos estudantes.

De acordo com Rogério Melzi, presidente da Estácio, “fomos bem rigorosos com alunos inadimplentes. Pela

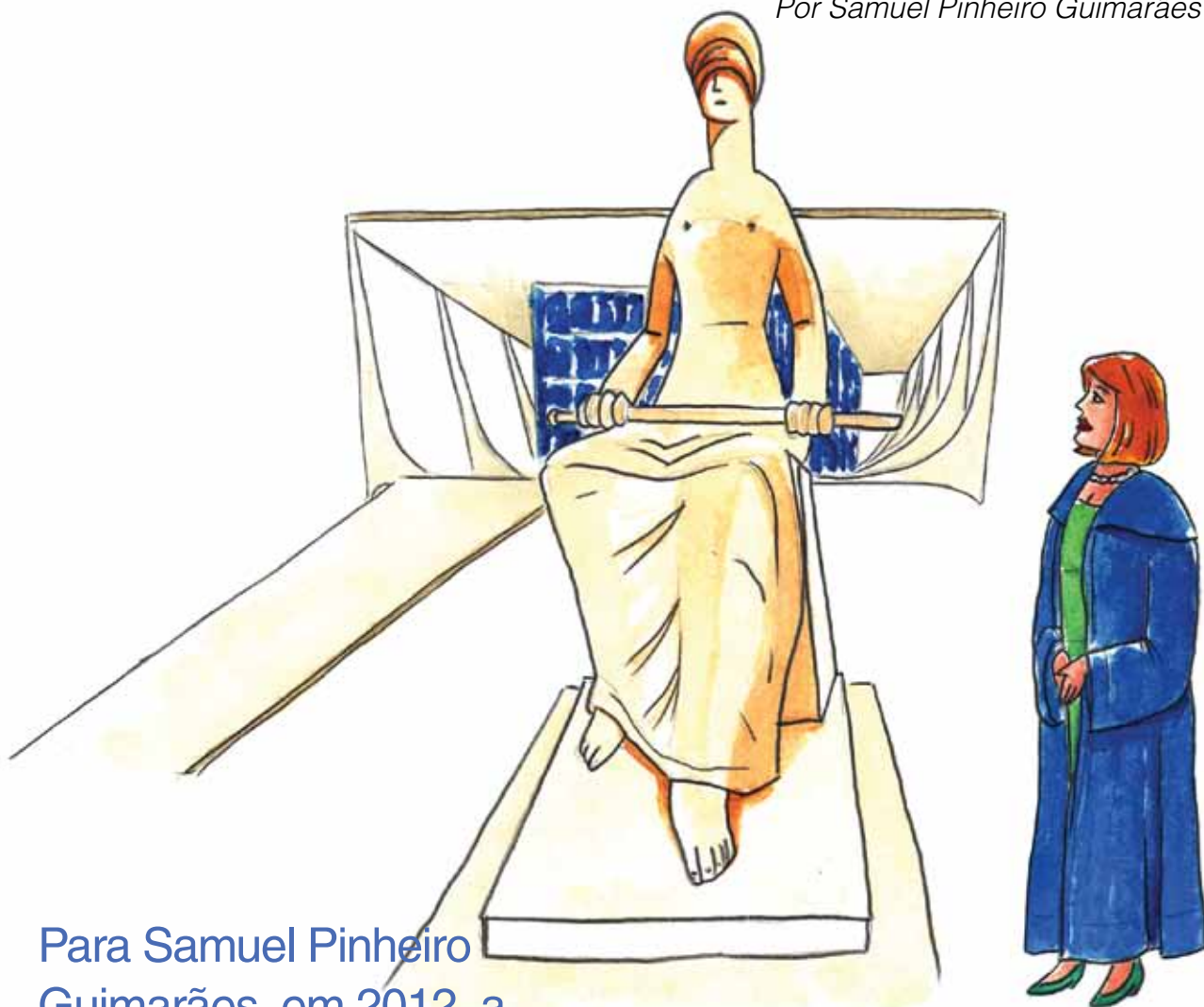
primeira vez, negativamos alunos que ainda estavam matriculados. Com isso, a evasão aumentou”. Segundo a empresa, a evasão de alunos de cursos presenciais por conta de uma cobrança rígida aumentou 40%. “A contrapartida dessa política é que tivemos neste primeiro semestre um fluxo de caixa de R\$ 38,2 milhões. No mesmo período do ano passado, nosso fluxo era negativo de R\$ 38 milhões”, complementou o executivo ao Jornal Valor.

Vemos, assim, que a lógica mercantil no setor educacional é cada vez mais radical e perversa, e só avança no Brasil. Por isso, a CONTEE luta pela regulação da educação privada e o combate à financeirização e à desnationalização da educação superior. Somando-se a isso, claro, a valorização dos trabalhadores em educação e o inadiável o aumento do investimento e da expansão e democratização do acesso à educação pública, gratuita, laica, de qualidade, democrática e socialmente referenciada. **c**

Democracia e Desigualdade:

Mulheres e STF

Por Samuel Pinheiro Guimarães



Para Samuel Pinheiro Guimarães, em 2012, a Presidenta Dilma terá a possibilidade de reduzir a desigualdade de gênero no Poder Judiciário, em seu órgão máximo, o Supremo Tribunal Federal.

“Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher” (Presidenta Dilma Rousseff, na abertura da 66ª Assembléia Geral da ONU, em 21 de setembro de 2011).

1. Quanto mais complexa uma sociedade, quanto mais diversa, quanto maiores as diferenças regionais, étnicas, religiosas, de gênero e de riqueza, mais difícil é a tarefa

de elaborar normas para reger as relações de toda ordem entre as pessoas, as empresas e as agências do Estado.

2. Uma sociedade é tanto mais democrática quanto maior a participação de seus cidadãos (e cidadãos...) na elaboração e na execução das normas que regem a sua vida.

3. Em sociedades de grande dimensão territorial e populacional e de grande complexidade econômica e social a participação direta dos cidadãos na elaboração dessas normas não é possível.

4. Este é o caso do Brasil, ainda que entre nós, o recente sistema de organização de conferências nacionais, as leis de iniciativa popular, como foi a da ficha limpa, e o referendo, são certamente avanços importantes no sentido de maior democratização do país, enfrentando a resistência dos inimigos da participação popular que se apresentam como indignados adversários da “democracia direta”.

5. De toda forma, nas grandes sociedades e devido à complexidade de certos temas, os cidadãos têm de escolher representantes para elaborar essas normas, outros tantos indivíduos para executá-las e ainda outros para dirimir os conflitos que decorrem da interpretação das normas.

6. O sistema de representação popular será tão mais democrático quanto melhor refletir os interesses dos diferentes segmentos da sociedade.

7. Isto não ocorre no Brasil. Nem no Legislativo, nem no Executivo nem no Judiciário.

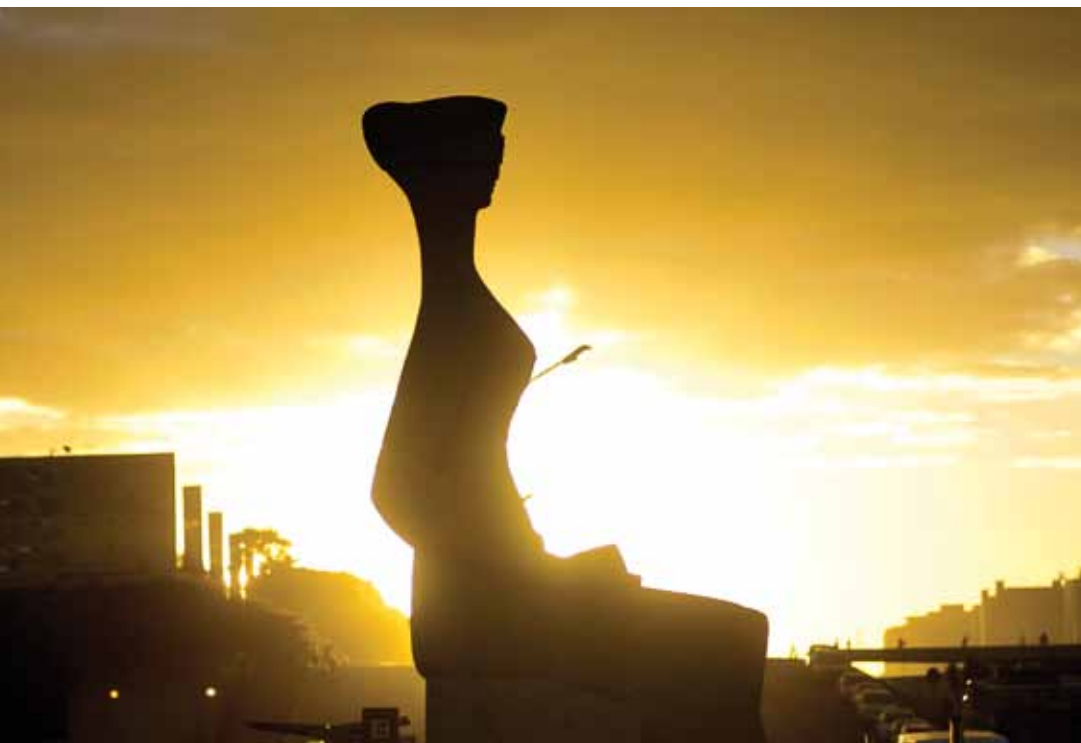
8. As disparidades políticas, econômicas e sociais são a principal característica da sociedade brasileira.

9. Uma dessas disparidades é a disparidade de gênero, de grande importância, pois afeta direta ou indiretamente a todos os brasileiros.

10. As disparidades entre homens e mulheres são de toda ordem. As mulheres recebem remuneração menor por trabalho igual; as mulheres ocupam menor percentual de cargos de chefia nas empresas; as mulheres são, com muito maior frequência, vítimas de violência doméstica e de violência sexual; as mulheres chefiam a maioria das famílias uniparentais. Embora uma mulher ocupe, pela primeira, vez a Presidência da República, as mulheres estão espantosamente sub-representadas nos cargos mais elevados dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

11. 51% dos brasileiros são mulheres. Entretanto, há apenas 45 mulheres na Câmara em um conjunto de 513 Deputados, ou seja, menos de 9% do total. No Senado Federal, são nove Senadoras e 72 Senadores homens, em um total de 81. Esta situação de desigualdade vem se repetindo a cada Legislatura que é eleita desde 1988.

12. A superação das desigualdades entre homens e mulheres no Poder Legislativo é uma tarefa de grande complexidade e que demandaria, para se tornar efetiva, uma reforma da Constituição. A lei 9504/97, que obriga



os Partidos políticos a apresentarem 30% de candidatas mulheres, não surtiu os efeitos esperados. Será necessário, ao ritmo atual, aguardar décadas e talvez até séculos, para atingir a paridade de gênero no Poder Legislativo e assim corrigir uma (a outra é a de riqueza) das duas principais desigualdades que caracterizam o Brasil.

13. Em 2010, na Índia, apesar de todos os desafios que sua sociedade enfrenta, foi aprovada lei que atribui às mulheres um terço das cadeiras do Parlamento.

14. Assim, não se pode dizer que o Estado brasileiro seja democrático, do ponto de vista da representação do principal grupo de sua população, que são as mulheres, no Poder Legislativo. E o mesmo ocorre no Executivo e no Judiciário.

15. Na chefia do Poder Executivo, está a Presidenta Dilma, que não veio a ser eleita por força do funcionamento do sistema partidário tradicional, mas sim por uma iniciativa política de extraordinário alcance do ex-Presidente Lula que ousou lançar sua candidatura. No Ministério, em um total de 38 Ministros, dez são Ministras, de Ministérios de relativamente pouca verba e pouco pessoal, ainda que alguns deles tenham grande poder político, como a

Casa Civil, a Secretaria de Relações Institucionais e o Ministério do Planejamento.

16. Os Secretários Executivos são uma espécie de Vice-Ministros. Há 38 deles, dos quais somente sete são mulheres.

17. São 535 mil o total de funcionários dos Ministérios comandados por homens enquanto que o número de funcionários dos Ministérios chefiados por mulheres não ultrapassa 40 mil.

18. Nos Ministérios, existem cerca de 2400 cargos de alta chefia e assessoria que são ocupados por 1700 homens, 70%, e por 700 mulheres, cerca de 30%.

19. Os orçamentos, em 2012, dos Ministérios chefiados por homens somam em seu conjunto R\$ 629 bilhões enquanto que os orçamentos dos Ministérios chefiados por mulheres somam R\$ 11 bilhões.

20. É verdade que Maria das Graças Foster chefia a Petrobrás, empresa que é uma das maiores do mundo e que, no sentido orçamentário e de influência, vale mais do que muitos Ministérios, isolados ou em conjunto.

21. Mas, no total das 120 empresas estatais somente três são chefiadas por mulheres.

22. São 10 as agências reguladoras no Brasil, e apenas uma delas, recentemente, veio a ser chefiada por uma mulher.

23. A mesma dificuldade de reduzir a desigualdade de gênero que se encontra no Legislativo, ainda que em muito menor escala, se encontraria no Poder Executivo, onde, porém, a vontade política, a começar pela designação dos Secretários Executivos, poderia contribuir para enfrentar este desafio.

24. Uma minoria de homens (49% da população) domina, se sobrepõe, quem sabe se poderia até dizer que oprime, de forma sutil as mulheres, que são 51% da população, através da ocupação majoritária dos cargos no Legislativo e no Executivo, isto é, controlam o processo de elaboração e de execução das normas que regem toda a vida social do país.

25. O Poder Judiciário é o menos democrático dos três Poderes da República devido à forma pela qual são escolhidos os integrantes dos Tribunais Superiores.

26. No Poder Judiciário, seu órgão de cúpula, o Supremo Tribunal Federal, é integrado por onze Ministros, dos quais dois são mulheres. Nos demais tribunais superiores (Superior Tribunal de Justiça - STJ, Tribunal Superior do Trabalho – TST e Superior Tribunal Militar - STM) são, ao todo, 71 Ministros, dos quais apenas 11 são mulheres. A relação é de cinco mulheres para 26 homens no STJ; de cinco mulheres para 20 homens no TST; de uma mulher para 14 homens no STM.

27. Somente em 2000, pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher, a Ministra Ellen Gracie, foi escolhida para integrar o STF, onde hoje há duas Ministras mulheres, as Ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber, e nove homens.


28. No final de 2012 a Presidenta Dilma terá a possibilidade de reduzir a desigualdade de gênero no Poder Judiciário, em seu órgão máximo, o STF, o que terá efeito extraordinário para a imagem da mulher na sociedade brasileira e para o reconhecimento de sua capacidade.

29. A Presidenta poderá, com a aposentadoria compulsória do Ministro Cezar Peluso, em setembro, e do Ministro Ayres Britto, em novembro, indicar duas mulheres para o STF. Poderá também inovar e tornar mais democrática a

escolha dos membros do Supremo Tribunal Federal.

30. Poderá a Presidenta Dilma, se assim o quiser, solicitar a cada Tribunal de Justiça estadual uma lista tríplice de juízas e advogadas, assim como poderá consultar cada seção regional da OAB para que cada uma indique os nomes de três advogadas, com mais de vinte anos de militância jurídica ou de ensino do Direito. A partir do exame do mérito dos nomes incluídos nessas listas, e de outros nomes de mulheres de notável saber jurídico, a Presidenta poderá fazer suas indicações para as duas vagas no STF.

31. Caso isto ocorra, a Presidenta Dilma terá dado um passo decisivo para aumentar a participação da sociedade brasileira na escolha dos membros do Poder Judiciário, para tornar o Brasil mais democrático e terá reduzido o extraordinário desequilíbrio de gênero em um dos três Poderes da República.

32. A indicação de duas mulheres para o Supremo Tribunal Federal depende apenas da vontade política da Presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do Brasil. 



** O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães foi alto representante geral do Mercosul até junho deste ano. Artigo publicado originalmente na Carta Maior.*

Governo socorre *Instituições privadas*



Mais uma vez, o Governo Federal estende a mão ao setor privado de ensino, salvando Instituições, que enfrentam problemas financeiros ou têm problemas de gestão, ao oferecer o perdão de dívidas fiscais em troca de bolsas de estudos do Programa Universidade para Todos (ProUni).

As Instituições privadas de Ensino Superior não têm do que reclamar. Afinal, acabam de ser novamente beneficiadas e socorridas pelo Governo Federal por meio da aprovação, ocorrida em 18 de julho, da Lei Nº 12.688, que possibilita a quitação de até 90% das dívidas tributárias federais desses estabelecimentos, através da oferta de

bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (ProUni).

A medida, prevista no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), propõe a troca de R\$ 15 bilhões em dívidas por cerca de 560 mil bolsas de estudo, a serem oferecidas nos próximos 15 anos. Poderão fazer parte do Proies Instituições em “grave situação econômico-financeira” e que até 31 de maio apresentavam dívida tributária vencida de pelo menos R\$ 1,5 mil por aluno matriculado. A moratória das dívidas será concedida por um período de 12 meses para “viabilizar a superação de situação transitória de crise econômico-financeira da mantenedora da IES, a fim de permitir a manutenção de suas atividades”.

Em contrapartida, as IES terão que apresentar um plano de recuperação econômica e a relação de bens que garantirão o refi-

nanciamento das dívidas, que poderão ser pagas em 180 parcelas mensais. Uma vez aprovado o pedido de inclusão no Programa, a Instituição deverá ofertar as bolsas integrais, em sistema eletrônico de informações mantido pelo MEC, a cada semestre do período de parcelamento.

De acordo com o Proies, o MEC deverá fazer auditorias periódicas nas Instituições para verificar o cumprimento dos padrões de ensino exigidos e relatar à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) os casos que devem implicar a revogação da moratória.

A medida, no entanto, é vista como extremamente negativa pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE. Segundo a Coordenadora Geral da entidade, Madalena Guasco Peixoto, “a CONTEE repudia a opção continuada de transferência de recursos públicos para o setor privado de ensino – alvo de críticas contundentes por oferecer, em muitos casos, ensino de qualidade rebaixada, constituindo-se como verdadeiras fábricas de diplomas”. Segundo a dirigente, a Confederação também se opõe à premiação, via moratória de dívidas federais, de estabelecimentos que não honram suas obrigações fiscais.

Tudo que eles queriam

Criado em 2005, o Programa Universidade para Todos (ProUni) já beneficiou mais de 1 milhão de jovens brasileiros egressos do ensino médio do setor público ou privado na condição de bolsistas integrais, com renda máxima de três salários mínimos por pessoa da família.

Entretanto, parte das IES que poderão se beneficiar com o Proies é alvo de constantes denúncias dos trabalhadores, em função da precarização do trabalho, da desvalorização de seus profissionais, da ausência de de-

*“A CONTEE repudia a opção continuada de transferência de recursos públicos para o setor privado de ensino”
(Madalena Guasco Peixoto)*

Para os empresários da educação o ProUni é muito vantajoso, pois garante o preenchimento de vagas com garantia de pagamento — uma vez que os estudantes bolsistas nunca serão inadimplentes.

mocracia interna, entre outras questões estruturais e politico-pedagógicas.

Evidentemente, o setor privado comemorou a aprovação do Programa. De modo geral, para os empresários da educação o ProUni é muito vantajoso, pois garante o preenchimento de vagas, muitas vezes ociosas, com garantia de pagamento — uma vez que os estudantes bolsistas nunca serão inadimplentes.

Entidades criticam a medida

Assim como a CONTEE, as entidades nacionais de

educação também criticam o Proies. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a iniciativa do Governo é ruim, “porque beneficia o mau pagador” e também porque amplia a desoneração de impostos para o ProUni, incluindo as contribuições previdenciárias, “em benefício do empresariado e detrimento das políticas públicas e da Previdência Social”.

Em nota oficial da CNTE também afirma que “Educação não é mercadoria, quanto mais barata. Daí a indignação de quem presencia um plano governamental para socorrer empresários da educação que nem sequer honraram com os compromissos tributários”.

Para o Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, faltou debate em torno da criação do Proies. “Infelizmente, o governo não consultou as entidades educacionais e a comunidade acadêmica para que pudessem pensar em conjunto o Programa. Faltou uma clareza maior em relação às contrapartidas das instituições privadas. É necessário ser criterioso e rigoroso quanto à qualidade do ensino oferecida por esses grupos educacionais, melhorar a fiscalização, adotar critérios mais objetivos de obrigações e responsabilidades sociais às instituições privadas e proibir o capital estrangeiro na



educação brasileira”, afirmou o estudante.

Segundo Iliescu, “o ensino público, gratuito e de qualidade é que deve ser prioridade do governo brasileiro, com mais recursos, mais vagas e mais assistência estudantil com moradias e restaurantes universitários para garantir a permanência do estudante”.

Na opinião da CONTEE, ainda que o ProUni tenha possibilitado o acesso de estudantes ao ensino superior, a partir da oferta de vagas financiadas pelo governo federal, vale ressaltar que o Programa pressupõe caráter afirmativo e emergencial, não devendo estabelecer-se como política pública. Sendo imprescindível, portanto, o investimento público na educação pública, por meio da expansão de vagas nas universidades federais.

Esse também é o entendimento da CNTE. De acordo com a entidade, “embora o ProUni tenha garantido o acesso de mais de 1 milhão de jovens carentes ao ensino superior, não podemos perder de vista que essa política é de caráter transitório, devendo o Estado investir na



ampliação da capacidade de atendimento nas instituições públicas de ensino superior”.

Livre à desnacionalização

Como agravante, foi vetada pela Presidência da República, no corpo da referida Lei que instituiu o Proies, a proibição de adesão de IES com fins lucrativos controladas por pessoa jurídica ou física não sediada ou não residente no Brasil – impedimento presente no texto original incluído a partir de emenda de autoria do Deputado Vicente Cândido (PT-SP).

“Achamos um absurdo a exclusão da emenda do deputado Vicente Cândido. É um absurdo isentar de impostos essas universidades”, manifesta o Presidente da UNE. Para o líder estudantil, é necessário regulamentar o ensino superior privado no Brasil. Segundo ele, a regulamentação não avança “por falta de coragem e convicção do Governo e do Congresso”.

Para Madalena Guasco Peixoto, “o veto favorece os conglomerados educacionais mercantilistas, financiados pelo capital especulativo internacional, aprofundando o processo de desnacionalização da educação brasileira – que coloca em risco o rumo do desenvolvimento nacional e a soberania do País”.

*“O veto favorece os conglomerados educacionais mercantilistas, financiados pelo capital especulativo internacional”
(Madalena Guasco Peixoto)*

CONTEE participa de *Seminário da Red Estrado*

Arquivo CONTEE



Encontro no Chile debateu carreira docente, formação, sindicalismo, saúde e relações de gênero.

Delegação brasileira presente na atividade.

TAMBIÉN DESDE LA UNIVERSIDAD SEMBREMOS

A CONTEE participou, entre os dias 18 e 20 de julho, na cidade de Santiago, no Chile, do IX Seminário da Rede Estrado, que teve como tema: Políticas Educativas na América Latina, Praxis docente e Transformação social. A atividade foi organizada pela Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente (Rede Estrado), vinculada ao Grupo de Trabalho Políticas Educativas e Desigualdade na América Latina e Caribe do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

A delegação brasileira contou com a participação das representantes da CONTEE: Cristina Castro (Secretária Geral) e Rita

Fraga Zambon (Secretária de Formação e Políticas Sociais); além do Presidente da CNTE, Roberto Leão; do Secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, Heleno Araújo Filho; e do Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara; entre outros.

A Rede Estrado vem contribuindo para o desenvolvimento do debate político e de pesquisas sobre o trabalho docente no contexto latinoamericano por meio do intercâmbio entre pesquisadores e as instituições que a integram (escolas, universidades, sindicatos, movimentos sociais e outras organizações). Estes intercâmbios incluem publicações conjuntas, listas de correio eletrônico, página web e, especialmente, a organização de seminários em diferentes países. A realização do IX Seminário da Rede Estrado constitui a continuidade das propostas de debate, formação e trabalho coletivo desenvolvidas em seus 11 anos de existência.

Estiveram no Chile pesquisadores, docentes e estudantes de graduação e pós-graduação, sindicalistas e trabalhadores comprometidos com o debate sobre o trabalho docente. Entre os temas debatidos: regulações da carreira docente; políticas educativas; formação; organização do trabalho; sindicalismo; saúde; relações de gênero e diversidade cultural. **c**

Arquivo CONTEE



Estiveram no Chile pesquisadores, docentes e estudantes de graduação e pós-graduação, sindicalistas e trabalhadores comprometidos com o debate sobre o trabalho docente.

Os novos rumos do Ministério *do Trabalho e Emprego*

Há pouco mais de três meses à frente do Ministério do Trabalho e Emprego, o jovem ministro Brizola Neto fala com exclusividade à Revista Conteúdo sobre o peso simbólico do seu sobrenome, os desafios e planos da pasta, reforma trabalhista e registro sindical.



Em diversas oportunidades, desde a oficialização da sua indicação ao Ministério, em sua despedida no Blog Tijolaço e até mesmo em sua posse, foram citados a importância e o peso simbólico do seu sobrenome, das suas origens familiares. Como o senhor encara essa questão? É uma responsabilidade ainda maior para o exercício do seu trabalho no Ministério?

Brizola Neto – Sem dúvida. Isso traz uma responsabilidade ainda maior de, sempre que citado, fazer uma menção a uma figura tão importante para a política e para a história nacional, como foi Leonel Brizola. E ainda mais revestido das qualidades que ele tinha, da sua biografia, dos momentos decisivos da história brasileira contemporânea em que ele estava sempre na vanguarda. E de uma vida pública ilibada. Num momento em que o meio político vive tantas contestações de natureza moral e ética, ele era uma figura que teve sessenta anos de vida pública, enfrentando e se opondo aos mais altos interesses, tendo inimigos poderosos, como o regime militar e até algumas empresas de comunicação, e nunca se apontou uma única mácula. Isso nos dá uma responsabilidade muito grande em nosso procedimento e, mais do que isso, quando a gente lembra a história e o que representa o trabalhismo na

“Num momento em que o meio político vive tantas contestações de natureza moral e ética, ele (Leonel Brizola) teve sessenta anos de vida pública, e nunca se apontou uma única mácula.”



Fotos: Willians Morais

construção das lutas sociais brasileiras, essa responsabilidade aumenta. Porque a história do trabalhismo se confunde com a afirmação dos direitos e das garantias do povo brasileiro, não só da classe trabalhadora, mas das mulheres, das crianças. Isso nos traz um desafio muito grande à frente de um Ministério que foi criado no meio dessa concepção toda. Junto com a transformação do Brasil arcaico para o Brasil indústria, o Brasil moderno, surge esse Ministério, justamente, para regulamentar esse novo momento de relações de trabalho, que surgia entre essa operação do antigo regime escravocrata e a inauguração de um novo regime de produção baseado nas relações entre o capital e o trabalho — trabalho remunerado, reconhecido como ponto fundamental no processo de desenvolvimento de uma nação. Então, o papel do Ministério do Trabalho é muito grande. Ainda mais agora, que depois de anos de recessão, de um País que incentivava o rentismo e não a produção, a gente inverteu essa lógica e hoje tem um País que tem como foco do desenvolvimento a produção e o trabalho. Valorização da renda, geração de emprego e políticas macroeconômicas que, ao contrário do passado, não incentivam mais o rentismo, incentivam a produção.

Qual a sua avaliação sobre a recém-realizada Conferência Nacional do Trabalho e Emprego Decente?

Brizola Neto – Foi uma Conferência entre o capital e o trabalho, então, ter chegado ao fim, com a participação de todos os agentes sociais, já foi uma grande conquista. Se buscou fazer um documento que, de certa forma, produziu consensos e, para isso, muitas vezes, as posições mais radicalizadas são deixadas de lado. Questões que não tinham consenso, mas que eram fundamentais para os trabalhadores foram postas a voto na Plenária Final, com a manifestação contrária dos empregadores, mas com maioria de votos em favor dos trabalhadores. O que foi importante na Conferência? Mais do que essa agenda, que sai de um amplo processo de consulta pública, envolvendo a sociedade civil, foi também aproveitar o

“O capital e o trabalho são dois

momento para confirmar como o Brasil anda na vanguarda da construção dessa agenda de trabalho decente, que é mundial. Uma agenda adotada pelas organizações internacionais, como é o caso da OIT (Organização Internacional do Trabalho), e que reconhece que as políticas públicas brasileiras garantiram um avanço na construção de uma agenda de trabalho decente. Avançou-se na erradicação do trabalho infantil, na erradicação dessa nódoa que é o trabalho escravo, que a gente ainda convive no Brasil — mais de 100 anos depois da Lei Áurea; e no processo econômico, que colocou a produção e o trabalho no centro do processo desenvolvimento nacional, que contribuiu para geração e aumento da renda dos trabalhadores, formalização do mercado de trabalho. E aí tem um dado que é impressionante:

em 10 anos a gente saiu de menos de 50% de trabalhadores formalizados para 71% dos trabalhadores com direitos garantidos — seja no regime celetista ou no regime estatutário dos servidores públicos. Entre esses avanços está o Piso de Proteção Social, junto com políticas sociais que melhoraram muito a qualidade do mercado de trabalho brasileiro, acabaram com as precarizações mais graves e, inclusive, nos ajudaram nesse processo de erradicação do trabalho infantil e escravo. No início, quando se lançou essa ideia, as pessoas criticavam, falavam: isso vai ser um incentivo às pessoas não trabalharem. Pelo contrário. Foi um incentivo às pessoas não aceitarem mais postos de trabalho que não oferecem dignidade aos seus ocupantes, postos de trabalho que colocam o trabalhador, às vezes, em situações análogas à escravidão. Então, o Piso de Proteção Social deu essa grande contribuição ao mercado de trabalho brasileiro. A gente vê que o mercado de trabalho brasileiro evoluiu, principalmente nos principais bolsões de miséria do País, que é o principal foco de pagamento do Bolsa Família, mostrando que o Piso veio realmente para qualificar e melhorar a qualidade dos postos de trabalho brasileiros.

Alguns órgãos da imprensa noticiaram que ao final da Conferência a bancada patronal se retirou da Plenária, afirmando que o Governo teria adotado uma postura tendenciosa na aprovação das pautas não consensuais, e dizendo que o “Governo tem lado”. O governo tem

“O Ministério do Trabalho tem que funcionar muitas vezes como um amparo ao elo mais fraco dessa relação, que são os trabalhadores.”



trilhos que caminham juntos.”

lado? Como o Ministro de Estado equaciona essa disputa?

Brizola Neto — A maior prova de que isso não aconteceu foi o fato de que todos os atores foram até o final da Conferência. Inclusive, os próprios empregadores que se abstiveram da votação na Plenária final leram o documento e disseram que isso não significava a saída deles da Conferência. Eles quiseram registrar que eram contrários àquelas votações que estavam sendo encaminhadas de forma majoritária. Temos que entender que em algumas Conferências a produção de consensos é muito mais tranquila. Quem é que vai ser contra que toda criança esteja na escola? Que o Estado promova a educação de qualidade, em tempo integral? São consensos que a sociedade produz. Quando se trata de uma Conferência — que é uma convergência de posições e consensos — entre atores tão diferentes e com interesses tão diferentes, a gente fala em diálogo social, mas muitas vezes o que acontece é luta de classes. Então, o Governo tem essa tarefa de estar mediando essas relações e, é claro, que o Ministério do Trabalho, nesse elo de relações de trabalho entre o capital e o trabalho, tem que, sim, funcionar muitas vezes como um amparo ao elo mais fraco dessa relação, que são os trabalhadores. Não abrindo mão de incentivar políticas de desenvolvimento do capital, que são fundamentais para qualificar o mercado de trabalho e para melhorar a qualidade dos postos de trabalho. Eu falo que o capital e trabalho são dois trilhos que caminham juntos, muitas vezes o entendimento entre eles se torna difícil. O importante é o Governo estar atento ao que está acontecendo e ter equilíbrio, para não perder a condição de mediar essas relações. Para nós fica muito claro, e o exemplo brasileiro tem mostrado isso, que não são os conflitos, pelo contrário, são os acordos entre o capital e o trabalho que têm permitido um grande momento de desenvolvimento.

O Ministério já definiu as propostas para as novas regras de criação de sindicatos e para obtenção do registro sindical?

Brizola Neto — Olha, estamos trabalhando bastante, com diálogo permanente, porque, ao contrário do que se fez antes, a gente não quer produzir uma nova portaria que seja uma im-



posição do Ministério. Não cabe fazer isso. Estamos produzindo isso a partir do diálogo social. Então, chamamos confederações patronais, centrais sindicais, as representações de trabalhadores rurais, do serviço público, para a gente definir, não uma nova lei — a portaria na verdade interpreta a norma. Então, nós não vamos discutir aquilo que a lei garante. Não vamos discutir unicidade (sindical), o processo de definição de categorias. Nós vamos criar critérios objetivos para dizer: a unicidade, os critérios de divisão de categorias se aplicam dessa forma. Para que não aconteça o que vinha acontecendo: o Ministério, a partir de regras subjetivas, acabar na prática decidindo quem tem ou quem não tem direito ao Registro Sindical. O que é uma interferência indevida na liberdade de organização sindical que é garantido pela Constituição.

“Quando se trata de uma Conferência entre atores tão diferentes e com interesses tão diferentes, a gente fala em diálogo social, mas muitas vezes o que acontece é luta de classes”.

“A gente não quer produzir

Muito se fala sobre o “Custo Brasil” e a necessidade de reforma na CLT, que de maneira geral aponta para a flexibilização de direitos. A legislação trabalhista é um entrave para o desenvolvimento nacional? Qual a sua opinião sobre isso?

Brizola Neto – A legislação trabalhista nunca foi entrave para o desenvolvimento nacional. Ao contrário, contribuiu em muito para a transição de uma economia agrária para uma economia em processo de industrialização, na era Vargas. Estudos recentes mostram que o custo do trabalho no Brasil é menor do que em países como França, Espanha, Argentina, entre outros. É importante ressaltar também que, graças à

rede de proteção social, aos direitos trabalhistas consagrados pela Constituição e pela legislação trabalhista, além do crescente número de trabalhadores com empregos formalizados — já são mais de 47 milhões —, e à política econômica da presidente Dilma Rousseff, o Brasil é um contraponto às políticas adotadas pelos países centrais. Em vez de retirar direitos conquistados e aprofundar a crise econômica, o Brasil está aumentando seu mercado interno, investindo em infraestrutura e dinamizando seu mercado de trabalho. Acredito que se pode discutir a modernização da CLT, reduzindo a burocracia, mas somos contra o fim de direitos trabalhistas.

Tramitam no Congresso Nacional, atualmente, diversos Projetos que tratam da questão da terceirização do trabalho. Qual a sua opinião sobre a relação entre terceirização e precarização do trabalho?

Brizola Neto – Essa é uma questão muito polêmica que está sendo discutida na Câmara dos Deputados. Não podemos negar que existem atividades onde a terceirização é uma realidade, inclusive praticada por empresas estatais. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que somos contra a precarização do mercado de trabalho. Em alguns dos projetos que tramitam na Câmara dos Deputados existe o risco de se criar instrumentos que retirem a proteção do trabalhador. Na mediação entre o capital e o trabalho, polêmica pela sua própria natureza, é preciso haver equilíbrio. Há tempos que a terceirização só era admitida em atividades consideradas atividades-meio e não era admitida em atividades-fim. Há novos conceitos sendo discutidos, como atividades essenciais. De

“São os acordos entre o capital e o trabalho que têm permitido um grande momento de desenvolvimento”.



uma nova portaria.”

qualquer forma, essa é uma questão que está sendo discutida no Legislativo e o Ministério do Trabalho está participando ativamente das discussões.

Qual a sua avaliação em relação ao Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)?

Brizola Neto — O Pronatec vem para ser um salto de qualidade na qualificação profissional que o Estado brasileiro oferecia, por algumas razões: primeiro, porque elevou o padrão de qualidade dos cursos quando levantou valor da hora-aula, que era defasado completamente, com um valor em torno de R\$ 4,50 per capita por aluno. Foi, primeiro, para R\$9, agora para R\$10 e pode chegar a R\$20 per capita por aluno, possibilitando qualificação de qualidade, com instalações adequadas e profissionais preparados e bem remunerados. Uma prioridade ao que chamamos de estruturas permanentes do Estado — o Estado executando suas políticas públicas. Então, vai-se priorizar a rede escolas técnicas estaduais e federais, o que é um ganho excepcional em relação à rede de instituições que prestavam qualificação profissional para o Estado brasileiro, e, como essa rede não dá conta do número de vagas a ser gerado, você vai precisar também continuar a fazer parcerias com instituições.

Segundo, quando o Pronatec foi gerado, o Ministério do Trabalho passava por um processo de interinidade, de transição, sem nenhum protagonismo político. Então, a participação do Ministério dentro do Pronatec ficou marginal. A primeira coisa que nós fizemos foi conversar com a Presidente e dizer: o que nós vamos ter? Dois tipos de qualificação profissional? Uma de primeira linha e outra básica, inicial, de segunda categoria? E ela falou: não, nós vamos fazer com que o Ministério do Trabalho, em parceria com o MEC, assumam o Pronatec. E vamos fazer com que o Pronatec absorva o Plano Nacional de Qualificação.

Então, estamos construindo um termo de cogestão com o MEC. O MEC tem a responsabilidade do ensino do segundo grau técnico, mas as questões da qualificação continuada e a requalificação são obrigações do Ministério do Trabalho. E isso está bem claro para a Presidente e para o próprio MEC. Só estamos vendo a forma. Se



será feito através de destaque orçamentário ou se vai ser feito através de seleção por parte do Ministério do Trabalho. A indicação dos setores que precisam ser qualificados e a absorção desse contingente nos espaços que o MEC vai oferecer estão sendo construídos nesse termo de cogestão. O Ministério do Trabalho vai passar a produzir uma qualificação diferente do que a gente tinha. A primeira coisa que a gente fez, para inserir o Plano Nacional da Qualificação no nível do Pronatec, foi mudar todos os valores do Plano. Elevamos, assim como fez o Pronatec, o valor da hora-aula, para garantir a qualidade dos nossos cursos e atrair as instituições mais capacitadas ou priorizar os espaços da nossa rede pública de escolas técnicas, que é fundamental. ■

“Não vamos discutir aquilo que a lei garante. (...) Vamos criar critérios objetivos para dizer: a unicidade, os critérios de divisão de categorias se aplicam dessa forma.”

Fepesp e sindicatos produzem Caderno da Convenção Coletiva



Os sindicatos integrantes da Fepesp iniciaram em agosto a distribuição gratuita do Caderno da Convenção Coletiva de Trabalho aos professores e auxiliares de educação básica.

A Convenção foi assinada em junho, com efeito retroativo a março, data base da categoria, e é válida até fevereiro de 2014.

A Fepesp cuida da produção do Caderno para todos os sindicatos, que arcam exclusivamente com o custo da impressão.

Este trabalho centralizado permite a redução do valor das despesas para todos os sindicatos. Os que têm menos recursos, por exemplo, recebem um material de alta qualidade gráfica e baixo custo.

A distribuição da Convenção ajuda os trabalhadores a conhecer os direitos e exigir que eles sejam respeitados.

Os Cadernos da Convenção do Ensino Superior e dos Acordos Coletivos do Sesi e Senai foram impressos no ano passado. Nos dois casos, os direitos foram garantidos por dois anos.

V CONSIND da FETRAESC: discutindo a Organização Sindical em SC

O V Conselho Sindical da FETRAESC aconteceu no dia 11 de agosto de 2012, na cidade de Joinville/SC. Cássio Bessa, da Regional Sul da Contee, abriu o evento, fazendo a análise de conjuntura nacional e internacional. Os delegados e as delegadas discutiram os temas da pauta e a principal deliberação foi a proposta de filiação à CUT.

A maioria dos dirigentes destacou a importância da filiação à Central Única dos Trabalhadores para o fortalecimento da luta da federação. Esta proposta

será retomada oficialmente no Congresso da FETRAESC, que acontecerá em 2013. Adércia Bezerra Hostin, Secretária de Assuntos Educacionais da Contee, explanou a respeito do recurso apresentado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados contra o PNE, no último dia 9/08. “Este retrocesso, após 18 meses de tramitação, desconsidera todo o trabalho de estudo e análise feito pela Comissão Especial; não é possível ficar mais um ano sem o Plano Nacional de Educação” explicou a dirigente.

A FETRAESC, representada no V CONSIND pelas seis

entidades que a compõem (Sinpro Itajaí e Região, Sinpronorte, Sinproeste, Sinpaaet, Saae Oeste e Saae Itajaí), repudiou esta atitude contra o povo brasileiro e vai pressionar os deputados que assinaram o recurso.



Arquivo Sinpro Itajaí e Região

Sinpro Minas comemora 4 anos do Programa Extra-Classe

Em comemoração pelos quatro anos de existência do Programa Extra-Classe, o Sinpro Minas promoveu, no dia 1º de junho, o debate Conteúdos educativos na TV. Para o jornalista Marcos Barreto, da TV Assembleia/MG, os conteúdos são considerados educativos quando atendem a critérios como qualidade de informação e pluralidade de fontes e opiniões. “É muito importante que mais programas de TV se preocupem em provocar reflexões importantes na sociedade, como o Extra-Classe tem feito”, destacou o debatedor.

Veiculado na TV Band Minas, o Extra-Classe tem abordado temas educativos, sob o ponto de vista dos professores. “Chegar ao programa 200 representa uma (r)evolução no jornalismo educativo de Minas e do Brasil, pois, com uma reflexão atual e opinativa, o Sinpro Minas tem contribuído para a transformação da realidade”, afirmou o presidente do Sinpro Minas, Marco Eliel de Carvalho. Os programas podem ser acessados em www.youtube.com/sinprominas.

SINPAAET organiza debate em Tubarão

Juntamente à Associação dos Profissionais de Imprensa (APIT) e ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal (SINTERMUT), o SINPAAET, Sindicato dos Professores e Auxiliares em Administração Escolar de Tubarão, promoveu, no dia 15 de agosto, um debate com os candidatos a ocuparem o cargo de prefeito da cidade de Tubarão.

Para a presidenta do SINPAAET, Gisele Vargas, o debate teve como objetivo a apresentação, por parte dos candidatos, de quais são as suas propostas no que se refere à cidade de Tubarão e seu desenvolvimento sustentável. Foi uma oportunidade diferente e esclarecedora para a população tubaronense. “Também foi o momento para inserir a educação no debate eleitoral, e conhecer quais as propostas dos candidatos para esse setor tão importante para o município”, comenta Gisele, ressaltando a importância de Tubarão como pólo educacional. “A população precisa conhecer os planos dos candidatos para a educação, afinal, ela é um requisito para uma sociedade desenvolvida”. Ainda na opinião de Gisele, o debate serviu para mostrar os planos dos candidatos quanto à geração de emprego e renda, algo de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do município.

Mark Florest



Sinpro Minas comemora 4 anos do Programa de TV da entidade.



Fundo de Amparo do SAAEMG beneficia a categoria

Durante o primeiro semestre de 2012, o Fundo de Amparo ao Associado (FAA) do SAAEMG atendeu a 38 associados, espalhados em 15 cidades mineiras, tornando-se uma realidade para a categoria dos Auxiliares de Administração Escolar.

Iniciativa do SAAEMG para beneficiar os integrantes da categoria filiados à entidade, o FAA teve 35 solicitações do Complemento de Benefício Previdenciário (os outros três são do Auxílio-Funeral). O benefício permite crescer em até 30% o valor recebido a título previdenciário (INSS), desde que a natureza seja, exclusivamente, Auxílio-Doença código 31. Ou seja, trata-se daquele Auxiliar de Administração Escolar que esteja recebendo quantia inferior a que receberia se estivesse trabalhando.

O Auxílio-Funeral, outro benefício do FAA, prevê o pagamento de até quatro salários mínimos em caso de falecimento do Auxiliar de Administração Escolar aos familiares.

Fechado acordo milionário com professores da PUC-Campinas

Os professores da PUC-Campinas, que ministraram aulas no período noturno entre fevereiro de 2000 e julho de 2005, receberão em uma única parcela, os valores a que têm direito no processo milionário de R\$ 14,5 milhões, movido pelo Sinpro Campinas e pela Apropucc em 2003. A ação de cumprimento ingressada na época reclamava a diferença da ampliação da duração das aulas noturnas de 45 para 50 minutos, sem a proporcional compensação sobre os salários. O Sinpro estima que cerca de 1.100 professores tenham sido beneficiados na ação.

O acordo foi homologado pela Justiça do Trabalho em audiência no dia 18 de julho passado, pondo fim a um processo que durou quase 10 anos.

Em assembleia realizada no dia 27 de junho, dirigida pelo professor Cláudio Jorge, presidente do Sinpro, cerca de 100 professores aprovaram por unanimidade o acordo negociado com a PUC em dezembro de 2011.

Arquivo Sinpro Campinas



Professores aprovaram por unanimidade o acordo com a PUC Campinas

Sinpro Itajaí e Região:

Plano de Ação para Formação do Quadro de Dirigentes e Planejamento do Período

Os dirigentes e as dirigentes do Sinpro Itajaí e Região se reuniram no mês de julho para mais um momento importante de formação. Além da análise das atividades e dos encaminhamentos da entidade, como a preparação dos delegados e das delegadas para o 8º Congresso da Contee, foi feito um resgate histórico em relação à CUT. O Sinpro é filiado à Central Única dos Trabalhadores desde 1993 e pauta suas ações nas orientações da central, por ter caráter classista, autônomo e democrático.

Para a segunda quinzena de setembro, o Sinpro organizará uma sabatina com os candidatos e as candidatas das próximas eleições do município de Itajaí. O debate contará com a presença da categoria e dos estudantes, mas será aberto à sociedade. As perguntas e discussões abrangerão temas diversos, com ênfase em Educação, Saúde e Segurança.

O Sinpro segue fazendo a devolução do imposto sindical a seus filiados e filiadas. De acordo com os dirigentes, a devolu-

Arquivo Sinpro Itajaí e Região



Reunião com dirigentes do Sinpro Itajaí e Região

ção é feita porque as trabalhadoras e os trabalhadores sindicalizados já contribuem financeiramente com a entidade. É uma forma de se valorizar aqueles e aquelas que compreendem a importância da filiação e da luta.

O artista plástico Lucas Leal é o novo parceiro do Sinpro. O desenhista está preparando um acervo de quadrinhos e tirinhas que, com humor e ironia, provocarão a reflexão dos leitores e das leitoras acerca dos principais problemas da Educação em Santa Catarina e em todo País. “A arte provoca a análise da vida e do cotidiano, despertando o desejo de mudar o que está errado”, afirma o artista.

Arquivo Sinpro Rio



Wanderley Quêdo, presidente do Sinpro-Rio, em audiência da CPI do ensino superior na Alerj;

Sinpro-Rio denuncia e CPI do Ensino Superior Privado é instaurada na Alerj

Após muitas lutas da categoria e denúncias do Sinpro-Rio, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) instaurou a CPI do Ensino Superior Privado, cujas sessões ocorrem todas as quintas-feiras, às 10h30, na Casa Legislativa.

Primeira testemunha da CPI, o presidente do Sinpro-Rio, professor Wanderley Quêdo, apresentou um histórico de toda a problemática que os professores têm sofrido dentro dessas Instituições de Ensino Superior (IES),

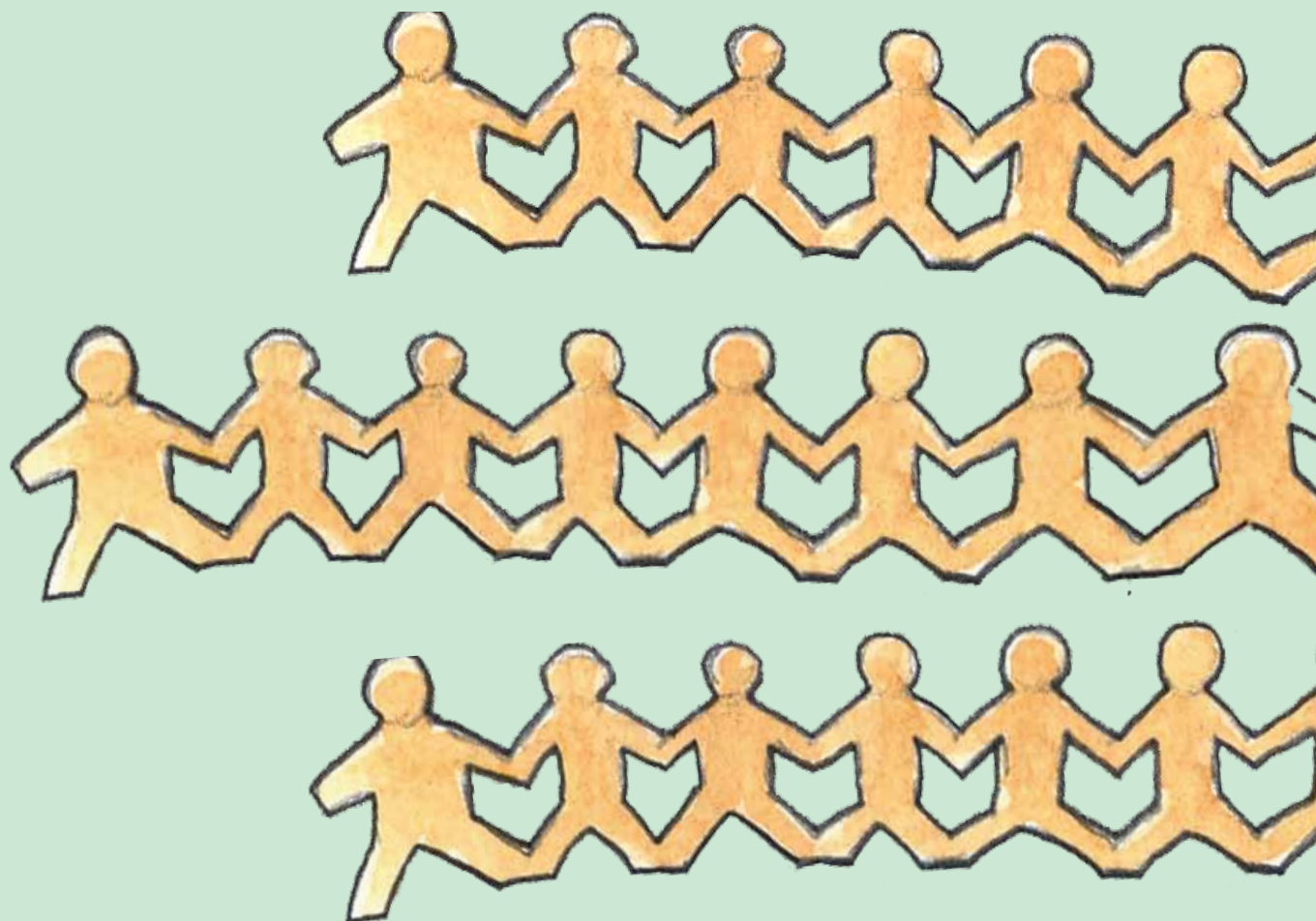
especialmente no tocante as suas relações trabalhistas e condições de trabalho. “Nossa briga é desproporcional, precisamos buscar outros fóruns e espaços de interlocução. Porque para as ruas nós vamos, mas isso já não está sendo suficiente para travar as lutas contra os grupos de capital internacional”, declarou durante depoimento.

É possível acompanhar o andamento da CPI pelo portal do Sindicato: www.sinpro-rio.org.br

As primeiras observações sobre

A nova lei de *cooperativa de trabalho*

Por Dr. José Geraldo de Santana Oliveira



Consoante a Lei N. 5.764/71, as cooperativas são sociedades de pessoas que se obrigam, reciprocamente, a contribuir com bens ou serviços, para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (Art.3º).

Nos termos do Art. 4º, da referida Lei, não há, entre os cooperados, relação de subordinação, mas, sim, dever de colaboração mútua, em prol de fim comum, o que afasta a possibili-

dade de existência de vínculo empregatício daqueles com a cooperativa.

Porém, sem nenhuma explicação razoável, a Lei N. 8.949/94, acrescentou, ao Art. 442, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata do contrato de trabalho, o Parágrafo único, segundo qual “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”.

Este acréscimo legal, repita-se, desarrazoado, além de trazer, para o âmbito da CLT, o disposto no Art. 90, da Lei das Cooperativas (Lei N. 5.764/71), exime da responsabilidade de vínculo empregatício aqueles que tomam os serviços prestados por elas.

Importa dizer: a relação entre a cooperativa e os seus associados e entre estes e os tomadores de serviço, quando isenta de fraude de qualquer natureza, condição quase impossível, é de trabalho, mas, não de emprego, o que afasta, de plano, a aplicação dos direitos sociais fundamentais em tais relações.

Em verdade, a única explicação plausível, que se encontra para o acréscimo legal é a de benefício ilícito aos tomadores dos serviços das cooperativas. O que, desde o seu advento, vem gerando toda a espécie de fraude, com a explícita finalidade de se burlar a legislação trabalhista, quer pelas supostas cooperativas, quer pelos supostos tomadores de serviços delas.

Esta grosseira forma de burla tornou-se um negócio altamente rentável, para inescrupulosos empregadores.

Na quase totalidade de casos de supostas cooperativas de prestação de serviço, notadamente, na área de ensino, os elementos definidores da relação de emprego,

quais sejam, a pessoalidade, a habitualidade, a subordinação jurídica e o salário, acham-se presentes. Apesar de elas negá-los, sem pejo algum.

Passados quase dezoito anos do advento do famigerado Parágrafo único, do Art. 442, da CLT, foi aprovada e sancionada a Lei N. 12.690, de 18 de julho de 2012, que tem por escopo a regulamentação da cooperativa de trabalho, que, em conformidade com o Art. 2º, é “... a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho”.

De acordo com o Art. 1º, da Lei em destaque, a cooperativa de trabalho rege-se por ela, pelo Código Civil (CC) e, estranhamente,

*“A força é o
braço direito
do homem;
a fraude, o
esquerdo; e
muitos homens
são canhotos”
(Machado de
Assis)*

pela Lei N. 5.764/71, no que não for incompatível com os seus dispositivos.

Os artigos do CC que tem incidência sobre a cooperativa de trabalho são os que tratam das associações, 53 a 64.

Como a Lei N. 5.764/71 não foi revogada pela Lei sob comentários, coexistem, a partir de agora, as cooperativas comuns, que continuam sendo reguladas pela primeira, e as de trabalho, pela segunda.

Aliás, tem-se, a partir de agora, a antinomia de normas, pois, o Projeto de Lei, aprovado pelo Congresso Nacional, revogava o Parágrafo único, do Art. 442, da CLT. Porém, a Presidente Dilma vetou o Art. 30, que o fazia.

Como o Art. 5º, da nova Lei, veda a intermediação de mão de obra subordinada, a antinomia entre ele e o Parágrafo único, do Art. 442, da CLT, parece clara, pois que este, como anunciado linhas acima, não tem outra finalidade que não seja tal intermediação.

Não obstante o Art. 18 sujeitar os responsáveis por fraudes à legislação trabalhista e à previdenciária, por meio de suposta cooperativa de trabalho, às sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis, inclusive à ineligibilidade em cargo cooperativo, por cinco anos, bem assim, à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por trabalhador, dobrada, em caso de reincidência (Art. 17, § 1º); não se pode dizer que esta forma de associação esteja imune à fraude.

Afinal, como diz o Diabo, no Conto de Machado de Assis, A Igreja do Diabo, “a força é o braço direito do homem; a fraude, o esquerdo; e muitos homens são canhotos”.

O Deputado Pompeo de Matos, do PDT do Rio grande do sul, autor do Projeto de Lei N. 6.622/2004, convertido na Lei N. 12.690/2012, justifica-o do seguinte modo, de forma literal:

“Após a edição do parágrafo único ao artigo 442 da CLT, multiplicaram-se as cooperativas de mão de obra, organizadas de acordo com a lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. A crescente utilização de cooperativas deve-se à necessidade de redução de custos, num cenário competitivo, e a busca de oportunidade de trabalho por pessoas que, não fossem as cooperativas, estariam na informalidade ou desocupadas.

Deve-se reconhecer que a Lei 5.764/71, apresenta lacunas no que concerne as cooperativas de mão de obra, servindo de estímulo à formação de falsas cooperativas de trabalho.

É indispensável se assegurar a formação de cooperativas de mão-de-obra, pela contribuição que podem dar à geração de trabalho.

O projeto ora apresentado visa suprir as ausências da lei, inspirando-se na Lei 6019/74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e insere o cooperado no programa de Alimentação do Trabalho (PAT).

Face ao exposto, solicito aos demais parlamentares apoio para a aprovação da matéria em questão”.

O Art. 7º acentua a dificuldade para se separar o que, efetivamente, trabalho cooperativo e vínculo empregatício, ao assegurar aos cooperados:

a) retirada mensal não inferior ao piso salarial da categoria profissional e ao salário mínimo, quando aquele não for legalmente estipulado, calculados proporcionalmente (inciso I);

b) jornada normal não superior a oito horas, e semanal de quarenta e quatro, excetuados os casos

necessários de plantão e escalas, com a faculdade de compensação de horário (inciso II):

- c) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos (inciso III);
- d) repouso anual remunerado (inciso IV);
- e) retirada noturna superior à diurna (inciso V);
- f) adicional de insalubridade e de periculosidade, quando for o caso (inciso VI); e
- g) seguro de acidente de trabalho (inciso VII).

Se o trabalho cooperativo for eventual, excluem-se o repouso semanal e o anual (incisos III e IV).

A rigor, o rol de direitos dos cooperados alcança todos os direitos sociais, descritos no Art. 7º, da Constituição da República Federativa, haja vista o Art. 3º, da Lei sob discussão, estabelecer que, dentre os princípios e valores que a regem, inclui-se, em seu inciso VIII, a “ preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa”.

A Cooperativa de Trabalho, que deve ter como marca indelével a gestão democrática (Art. 3º, inciso II), pode ser de produção, quando constituída para a produção de bens, com meios próprios; e de serviços, quando constituídas para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego (Art. 4º, incisos I e II).

Cada cooperativa será, obrigatoriamente, constituída por, no mínimo, sete sócios (Art. 6º).

Frise-se que a Lei sob realce não conceitua nem define o que se entende por serviço especializado, o que pode ser fonte para novas tentativas de fraude à legislação trabalhista, como, por exemplo, na área de ensino.

Na hipótese de a cooperativa de trabalho vir a prestar serviços fora de sua sede, são exigidos, para tanto, a eleição de um coordenador, com mandato máximo de um ano, e a definição de requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a quantia a que cada um receberá (Art. 7º, inciso VI); sob pena de caracterização de vínculo empregatício (Art. 17, § 2º).

Como a experiência dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino com cooperativas fraudulentas é a mais amarga possível, recomendam-se a realização de amplo debate sobre a nova lei, para que se possam conhecer os seus fundamentos e o seu alcance, e a total vigilância sobre os verdadeiros objetivos das que porventura venham a ser criadas no âmbito dessas categorias profissionais.■



Dr. José Geraldo de Santana Oliveira é assessor Jurídico da CONTEE, da Fitrae-BC, Fitrae-MT/MS, do Sinpro-GO, do Sintrae-MS e do Sintrae-MT

Mulher brasileira trabalha *mais do que homem*



Estudo concluiu
que mulheres
trabalham 5
horas a mais
que homens por
semana no Brasil.

Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado no dia 19 de julho, que analisou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirma que as mulheres brasileiras têm uma jor-

nada de trabalho cerca de cinco horas maior por semana do que os homens. Os dados de 2009 apontam que elas trabalham mais do que os homens quando calculado o tempo total de trabalho – incluindo as tarefas domésticas e a jornada formal no mercado de trabalho.

Segundo o estudo, os homens trabalham, em média, 43,4 horas por semana e outras 9,5 horas em casa, totalizando uma jornada semanal de 52,9 horas. Já as mulheres têm uma jornada total de 58 horas semanais, sendo 36 horas no mercado formal de trabalho e 22 horas em casa. “Entre o conjunto das mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho, uma expressiva proporção de 90,7% também realizava afazeres domésticos, enquanto que entre os homens tal pro-

porção era significativamente inferior: 49,7%.”, informou a OIT no levantamento.

O estudo informa ainda que a participação dos homens nos afazeres domésticos está mais concentrada em “atividades interativas”, como a realização de compras de mantimentos em supermercados, o transporte dos filhos para a escola e “atividades esporádicas” de manutenção doméstica, como reparos e consertos no domicílio.

A OIT concluiu que a “massiva incorporação” das mulheres no mercado de trabalho não vem sendo acompanhada de um “satisfatório processo” de redefinição das relações de gênero com relação à divisão sexual do trabalho, tanto no âmbito da vida privada, quanto no processo de formulação de políticas públicas e de ações por parte de empresas e sindicatos, especialmente no concernente às responsabilidades domésticas e familiares.

“A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho vem ocorrendo de forma expressiva sem que tenha ocorrido uma nova pactuação em relação à responsabilidade pelo trabalho de reprodução social, que continua sendo assumida, exclusiva ou principalmente, pelas mulheres”, informou o estudo da OIT.

Outro dado interessante mostra que “cerca da metade (49,7%) das pessoas de 14 anos ou mais de idade costumavam (em 2008) fazer faxina no próprio domicílio, sozinha ou com a ajuda de outra pessoa. Enquanto que esta prática era comum para 72,1% das mulheres, entre os homens era de apenas 25,4%”, informou a OIT. **c**

90,7% das mulheres que atuam no mercado de trabalho também realizam afazeres domésticos, contra apenas 49,7% dos homens.

Atividades internacionais

A CONTEE participou de inúmeras atividades internacionais nos últimos três anos. Entre os países visitados: Argentina, Chile, Colômbia, Nicarágua, Portugal, Grécia, Tailândia e África do Sul. Em todas as atividades os representantes da CONTEE levaram ao conhecimento da comunidade sindical e educacional internacional os desafios e lutas dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino do Brasil, evidenciando a preocupação e o trabalho da entidade no combate à mercantilização da educação e à desnacionalização do ensino superior no País — fenômenos que também se espalham pelo mundo.

Em destaque, as atividades, seminários e conferências promovidas pela Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), desenvolvidas, em especial, em países como Chile e Argentina; bem como o X Congresso da Federação dos Professores (FENPROF) de Portugal, ocorrido em abril de 2010; o 16º Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM), realizado em Atenas, na Grécia, em abril de 2011; o 6º Congresso Mundial da Internacional da Educação (IE), que aconteceu na Cidade do Cabo, África do Sul, em julho de 2011; e a viagem da 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino, ocorrida em junho de 2012, na Palestina.

Arquivo CONTEE



Atividade debateu o ensino superior em Buenos Aires, Argentina.

Nos últimos três anos, a CONTEE atuou nas principais lutas educacionais e sindicais do Brasil, sempre defendendo as bandeiras e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em estabelecimentos de ensino do País. Relembramos aqui alguns, entre tantos, momentos de lutas e atividades desenvolvidas ou prestigiadas pela Confederação entre 2009 e 2012.

Seminários de Campanha e Negociação Salarial



Desde meados de 2009, foram realizados cinco Seminários Nacionais de Campanha e Negociação Salarial, consolidando a atividade como uma importante instância de discussão e formulação da organização sindical das entidades filiadas à Confederação. No período, Campanhas Salariais foram criadas, implementadas e avaliadas, assim como foram construídas estratégias de atuação e negociação no enfrentamento com o patronal.

As conquistas e dificuldades da luta sindical foram compartilhadas e debatidas, elaborando políticas conjuntas e pautas nacionais de interesse dos professores e trabalhadores técnicos e administrativos do setor privado de ensino no Brasil.

As atividades também receberam palestrantes convidados, dando oportunidade aos representantes das entidades filiadas à CONTEE de ampliarem suas informações e conhecimentos em relação aos desafios da luta sindical.

VII Seminário de Gênero

Em abril de 2011, a CONTEE realizou o seu VII Encontro de Gênero, organizado em parceria pela Secretaria de Gênero e Etnia e a Secretaria de Formação e Políticas Sociais. A atividade debateu a questão da mulher no mundo do trabalho, as lutas a serem travadas para garantir políticas públicas de gênero e a participação feminina nas entidades filiadas à Confederação, entre outros temas.

A atividade recebeu representante da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), que falou em nome da, então, Ministra Irlany Lopes. Ainda durante a



Rosana Vilas

VII Seminário de Gênero

atividade, foi apresentada uma pesquisa realizada pela Confederação, que levantou o número de homens e mulheres que compõem as diretorias dos sindicatos e federações filiados à CONTEE — apontando a participação majoritária de homens nas direções das entidades (em torno de 60%). Chegando a 78% em relação aos cargos de presidência e coordenação.

Campanhas de saúde e aumento real

A CONTEE realizou duas importantes Campanhas Nacionais no último período — criadas a partir das demandas discutidas nos Seminários da Campanha e Negociação Salarial. Em 2010, a entidade aprofundou o debate sobre a questão da saúde do trabalhador, promovendo a Campanha: “A saúde do Trabalhador está no Limite”. Destaque para a pesquisa realizada pelo DIESAT (Departamento Intersindical e Saúde do Trabalhador) e FETEEESUL, que revelou dados alarmantes sobre os problemas enfrentados pelas categorias de professores e técnicos e administrativos do setor privado de ensino no Estado do Rio Grande do Sul.

Em seguida, a CONTEE lançou a vitoriosa Campanha: “Tem algo errado no ensino privado”, que teve como foco a reivindicação de aumento real de salários e as denúncias de irregularidades e abusos cometidos contra os trabalhadores e em detrimento da qualidade de ensino nas instituições de ensino de todo o País. O diferencial desta Campanha foi a utilização das mídias e redes sociais, com a criação de um Blog e a divulgação das peças e conteúdos nas páginas da CONTEE no Facebook e Twitter.



CONAE e luta pelo PNE

Arquivo CONTEE



A CONTEE teve uma atuação de grande destaque ao longo de todo o processo de construção, preparação e realização da primeira Conferência Nacional de Educação. A entidade foi protagonista das principais deliberações da Comissão Nacional Organizadora, bem como participou de importantes discussões que fizeram da CONAE uma atividade histórica e vitoriosa. A Confederação foi representada nas mesas de debate e colóquios da etapa nacional, bem como na Plenária final da atividade, realizada em Brasília-DF, no final de março de 2010.

Em seguida, a CONTEE se engajou na luta e debate pela aprovação do novo Plano Nacional de Educação, acompanhando de perto a tramitação do Projeto de Lei 8035/2010 e participando de inúmeras atividades, debates e audiências públicas por todo o País. Trabalhou junto aos Deputados da Comissão Especial da Câmara, responsável pelo acompanhamento do PL, e contribuiu com a aprovação da meta de investimento de 10% do PIB em educação, em até 10 anos — alcançada em junho de 2012.

A recente apresentação de recurso, que leva agora o PL à apreciação do Plenário da Câmara, adiando ainda mais a aprovação da Lei, faz com que a CONTEE renove suas forças e prossiga seu trabalho dedicado e comprometido com os interesses dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino e de toda a sociedade brasileira.

Seminários Jurídicos

O VIII Seminário Jurídico da CONTEE reuniu em São Paulo, em setembro de 2010, professores, técnicos e administrativos e advogados para tratar das principais questões que desrespeitam os profissionais da educação. Entre eles: a mercantilização da educação e as mais recentes ações do Ministério Público em relação às causas das categorias.

No ano seguinte, o IX Seminário foi realizado em Brasília-DF e contou com a presença de importantes representantes do poder judiciário, bem como do Ministério Público e do Parlamento nacional. A atividade homenageou ainda a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Dra. Delaide Miranda Arantes, que, até tomar posse no Tribunal, atuou como Assessora Jurídica da CONTEE. O Seminário contou ainda com a participação do Senador Paulo Paim (PT-RS).

Arquivo CONTEE



Encontro dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos

Arquivo CONTEE



Três Encontros dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos foram realizados pela CONTEE entre 2009 e 2012. O IV Encontro ocorreu na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco, em janeiro de 2010, e discutiu as questões de saúde dos trabalhadores, identidade, valorização profissional e organização sindical.

No ano seguinte, foi a vez de Brasília-DF sediar o V debate da categoria, também no mês de janeiro. Entre os assuntos abordados da ocasião, destaque para a Emenda Constitucional Nº 45 e plano de carreira.

Em 2012, o VI Encontro aconteceu em Salvador e reuniu 76 representantes de entidades filiadas à CONTEE. A atividade contou com mesas de debates que discutiram conjuntura política, perfil da categoria e o papel da CONTEE. Na ocasião, os participantes foram divididos em grupos de debate para a formulação de propostas e análises, que foram encaminhadas à direção da entidade.

TV CONTEE e Seminário de Comunicação

Em junho de 2010, entrou no ar o primeiro programa da TV CONTEE Online. Um projeto multimídia que conquistou importante audiência e apresentou os principais debates educacionais e sindicais do período. Com programação variada, a TV CONTEE entrevistou lideranças, personalidades e dirigentes de todo o Brasil, repercutindo e aprofundando temas de interesse dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino.

Além disso, o Portal da CONTEE ganhou novo visual em setembro de 2011 — valorizando a utilização de imagens, o con-

teúdo multimídia e ampliando as ferramentas de interação e compartilhamento com as redes sociais. Ao completar 20 anos, a CONTEE adotou também nova identidade visual para o seu logotipo institucional, atualizando todas as peças e materiais produzidos.

No final do mês de maio de 2012, a CONTEE realizou ainda um Seminário de Comunicação e Formação. Atividade aconteceu em São Paulo/SP e reuniu dirigentes, assessores e comunicadores de todo o Brasil em torno da discussão do papel da imprensa sindical na luta pela democratização da comunicação no Brasil.

Consind celebrou 20 anos da CONTEE

A Confederação realizou dois Conselhos Sindicais no último período, ambos na capital paulista. A XIV edição da atividade, ocorrida em maio de 2010, debateu com os representantes das entidades filiadas à Confederação os principais temas educacionais e sociais em destaque na ocasião — às vésperas da realização da Assembleia dos Movimentos Sociais e da II Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Na atividade, foi lançada uma nova fase da Campanha “Educação Não é Mercadoria”, que enfatizava o apoio da CONTEE à criação de um Sistema Nacional de Educação.

Já em novembro de 2011, o XV Consind foi especial, pois coroou as comemorações dos 20 anos da CONTEE. A atividade rememorou as vitórias da entidade, os desafios superados e exaltou as principais conquistas alcançadas pelos trabalhadores em estabelecimentos de ensino ao longo das duas décadas de existência da Confederação.

Homenagens, materiais comemorativos e uma exposição de fotos da história da entidade proporcionaram um clima de celebração e reafirmação da luta da classe trabalhadora.

Arquivo CONTEE



Arquivo CONTEE



Encontro de Educação Superior em 2011

Arquivo CONTEE



A CONTEE realizou o seu VIII Encontro Nacional de Educação Superior em junho de 2011 e debateu, na ocasião, a importância e o papel do novo Plano Nacional de Educação — já em tramitação —, os rumos da expansão do ensino superior e o impacto das novas tecnologias no trabalho docente.

A atividade aconteceu em São Paulo/SP e reuniu cerca de 250 delegados e delegadas, que representaram mais de 50 entidades filiadas à Confederação. O tema central do Encontro foi “o novo modelo da expansão privatista”, recebendo convidados de grande gabarito, como o Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação, Francisco das Chagas; o Diretor de Valorização dos Profissionais da Educação do MEC, Antonio Roberto Lambertucci; o consultor, Augusto Pereira Gregory; o professor e pesquisador Samuel Pontes; e a professora doutora da PUC-SP, Sônia Allegretti.

O Encontro marcou ainda o lançamento oficial do novo logotipo da CONTEE e do selo comemorativo dos 20 anos da entidade.

Encontro Internacional

Argentina sediará encontro *sobre Educação Superior*



A luta por melhores condições de trabalho e o combate à mercantilização da educação superior em todo o mundo estão entre os temas que serão discutidos na VIII Conferência Mundial de Educação Superior da IE.

Um importante espaço para a discussão das políticas públicas e diretrizes educacionais relativas ao ensino superior será realizado em 2012. Entre os dias 25 e 27 de setembro, acontecerá em Buenos Aires, na Argentina, a VIII Conferência Mundial de Educação Superior – organizada pela Internacional da Educação (IE).

A 8ª edição da atividade reunirá sindicatos da Ásia, África, Oriente Médio, Europa, América Latina e América do Norte, em ocasião única que debaterá os principais




desafios do ensino superior na atualidade, compartilhando as estratégias de defesa dos trabalhadores do setor e de combate às medidas de austeridade, mercantilização e privatização da educação superior em todo o mundo. Na véspera da atividade, dia 24/09, haverá um encontro exclusivo com as entidades e organizações latino-americanas.

De acordo com o Comitê regional da IE para a América Latina (IEAL), esta Conferência é mais um passo no processo da Internacional da Educação de defesa da educação superior pública e de melhores condições de trabalho para os docentes, pesquisadores e demais profissionais da universidade.

Entre os temas que serão abordados na Conferência estarão: o ensino superior e a pesquisa na América Latina — implicações regionais e mundiais, que refletirá sobre a evolução política e integrativa da região e a forma de ampliar o número de filiadas à IE.

Outro tema a ser discutido, gira em torno dos principais acontecimentos e desafios emergentes do setor — com o objetivo de atualizar as informações sobre as mais recentes ações promovidas pela IE e sobre os acontecimentos no campo da UNESCO, OCDE, Banco Mundial e OMC, bem

como as respostas aos ataques contra os direitos humanos e sindicais.

A Conferência tratará ainda do direito ao acesso à educação superior; a promoção da equidade e diversidade; avaliação e qualidade do ensino; defesa das pesquisas de interesse público; e solidariedade internacional e cooperação para o desenvolvimento das entidades sindicais de educação. A CONTEE deverá participar da atividade. 



**8ª Conferencia Internacional
sobre Enseñanza Superior
e Investigación**
Buenos Aires
25-27 de Septiembre 2012

Na pauta *Positiva*

Veja aqui importantes avanços sociais que merecem destaque:

Produção nacional nos canais brasileiros de TV a cabo

Até o final do ano de 2013 todos os canais brasileiros de TV a cabo terão pelo menos 3h30 por semana de conteúdo nacional e de produção independente em sua programação em horário nobre. As regras passam a valer a partir de setembro e as empresas devem demorar cerca de um ano para se adaptarem às mudanças da Lei da TV por Assinatura (Lei 12.485), publicada no fim do ano passado.

Após cinco anos tramitando no Congresso Nacional, a Lei 12.485 gerou polêmica ao impor novas obrigações para o setor da TV a cabo, sobretudo, devido à imposição de cotas de conteúdo nacional. A TV por assinatura superou em faturamento a TV aberta no ano passado, segundo a ABTA (faturamento de R\$ 5,4 bilhões no Brasil, contra R\$ 4,2 bilhões da TV aberta no mesmo período) e 95% da receita são provenientes da base de assinantes. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), até junho havia 14,5 milhões de domicílios com TV por assinatura, uma evolução de 1,68% em relação a maio de 2012 e 30,85% a junho de 2012.

Com informações da Agência Brasil

Disque 180 recebe mais de 329 mil denúncias de violência contra a mulher

O Disque 180 registrou 2,7 milhões de atendimentos de 2006 a 2012. Desse total, 329,5 mil (14%) eram relatos de violência contra a mulher enquadrados na lei. A maioria (60%) foi pedidos de informação. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, responsável pelo disque-denúncia.

No primeiro semestre de 2012, foram registrados 388,9 mil atendimentos, dos quais 56,6% (47,5 mil) foram relatos de violência física. A violência psicológica aparece em 27,2% (12,9 mil) dos

registros no período. Foram 5,7 mil chamadas relacionadas à violência moral (12%), 915 sexual (2%) e 750 patrimonial (1%). Os dados revelam ainda que em 66% dos casos os filhos presenciam as agressões contra as mães.

Os companheiros e cônjuges continuam sendo os principais agressores (70% das denúncias neste ano). Se forem considerados outros tipos de relacionamento afetivo (ex-marido, ex-namorado e ex-companheiro), o percentual sobe para 89%. Os parentes, vizinhos, amigos e desconhecidos aparecem como agressores em 11%.

Colaboraram José Geraldo Santana e Oliveira e Adailton da Rocha Teixeira

Desafios para a *nossa luta*

Os desafios sociais brasileiros são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exigirá atenção redobrada:

Professor não receberá horas extras por atividades extraclasse

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento a recurso da CELSP — Comunidade Evangélica Luterana São Paulo e absolveu-a do pagamento de adicional de 20% pelas atividades extraclasse exercidas por uma de suas professoras. A Turma entendeu que o planejamento e a avaliação de aulas e trabalhos são atribuições inerentes ao exercício do magistério e, portanto, já estão remuneradas no salário-base do professor.

A sentença trabalhista havia indeferido a pretensão da professora, mas o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) modificou a decisão para conferir-lhe o direito ao adicional. Para o TRT-RS, o tempo gasto com tais atividades não se inclui no período remunerado, que compreende apenas as aulas ministradas.

O recurso de revista da CELSP foi conhecido pela Turma por divergência jurisprudencial sobre o tema. O relator, ministro Renato de Lacerda Paiva, aplicou precedentes do TST para concluir que o cálculo do salário dos professores abrange não só o número de horas das aulas ministradas, mas também as atividades extraclasse. “A preparação de aulas e correção de trabalho e provas têm sua remuneração incluída no valor pago pela hora-aula”, explicou.

Com esse entendimento, a Turma, por unanimidade, reformou a decisão do Regional para excluir da condenação o pagamento do adicional de 20% da remuneração mensal com reflexos. (Processo: RR-4400-75.2009.5.04.0561)

Fonte: TST

Lei de cotas nas federais *incomoda setor privado*

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr



Lei que regulamenta o sistema de cotas sociais e raciais nas universidades e escolas técnicas federais é aprovada e recebe crítica da elite conservadora e do setor privado de ensino.

Estudantes fazem manifestação no Senado pedindo a votação do projeto que cria as cotas sociais e raciais nas universidades públicas federais

No dia 7 de agosto foi aprovado no Senado Federal o projeto de lei (PLC 180/08) que regulamenta o sistema de cotas raciais e sociais nas universidades públicas e escolas técnicas federais do País, seguindo, então, para sanção presidencial.

A política aprovada, que tem validade de dez anos, prevê a reserva de 50% das vagas para as cotas. Metade delas, ou 25% do total, é distribuída entre negros e índios, de acordo com o perfil étnico de cada região, definido pelo censo do IBGE. Os outros 25% são destinados aos alunos das escolas públicas, sendo 12,5% para os estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo per capita.

Ao combinar cotas raciais e sociais, a Lei amplia e uniformiza as políticas de reserva de vagas que já existem nas diversas instituições federais. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira universidade do País a adotar políticas afirmativas, em 2003, e já recebeu mais de 7 mil alunos pelo programa.

Contudo, não tardou a repercutir na mídia conservadora as posições contrárias à aprovação da regulamentação do sistema de cotas. Parlamentares da oposição, bem como outros demais setores reacionários da sociedade, criticam a medida e ameaçam contestar a referida Lei judicialmente. Entre os críticos está a Fenep (Federação Nacional das Escolas Particulares), que teve opinião repercutida no Jornal paulista “Folha de São Paulo”, no dia 09/08.

De acordo com a publicação, a entidade patronal reconhece a necessidade das políticas para “setores historicamente desfavorecidos”, mas afirma que o caminho escolhido “não é o adequado”. Segundo a presidente da Fenep, Amábele Pacios, primeiramente seria necessário que o governo melhorasse a qualidade da rede pública de educação básica, em vez de priorizar medidas que foquem o ensino superior. Ela diz que estuda contestar a norma judicialmente e ainda insinua que a medida prejudica os estudantes bolsistas do ProUni.

Para Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE, é importante destacar que o setor privado nunca viu com bons olhos a expansão do acesso à escola pública, “princi-

“O setor privado nunca viu com bons olhos a expansão do acesso à escola pública”
(Madalena Guasco Peixoto)

palmente, incluindo o que eles chamam de nova Classe C”.

Ela explica que a reação do setor privado é esperada, uma vez que se veem potencialmente prejudicados pelas cotas. “O setor privado oferece cursos de graduação de curta duração, com qualidade duvidosa, para um público que paga o que eles chamam de “mensalidades baixas”, mas que, na verdade, comprometem cerca de 60 % dos rendimentos dos estudantes. E não querem perder esses “clientes” para o setor público”.

A dirigente destaca que o argumento de que esta Lei é prejudicial aos alunos do ProUni é falaciosa. “O que é verdadeiro é que com esta Lei os estudantes, que acabam obrigados a utilizar o ProUni para fazer, muitas vezes, cursos de péssima qualidade, poderão agora, com melhores condições, concorrer a uma vaga nas universidades públicas. Isso ameaça os interesses do setor privado, acostumado aos privilégios das isenções fiscais e ao perdão de dívidas, inclusive, previdenciárias”.

Entre os recentes benefícios concedidos ao setor privado, está o da Lei Nº 12.688, sancionada no dia 18/07, que trata do Programa de Estímulo à reestruturação e ao fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). O Proies estabelece a troca de R\$ 15 bilhões em dívidas tributárias federais das IES por cerca de 560 mil bolsas de estudo do ProUni, nos próximos 15 anos. A CONTEE posicionou-se contra o Programa.

Para Sérgio Custódio, coordenador do Movimento dos Sem Universidade (MSU), “esta política permite que o sonho do brasileiro pobre de formar o filho doutor se torne realidade. E o melhor, com uma formação de qualidade que, até pouco tempo, era reservada apenas para os filhos da elite. Além disso, cria uma fé na escola pública. E isso é importantíssimo porque nove em cada dez estudantes do ensino médio estão nas escolas públicas”.

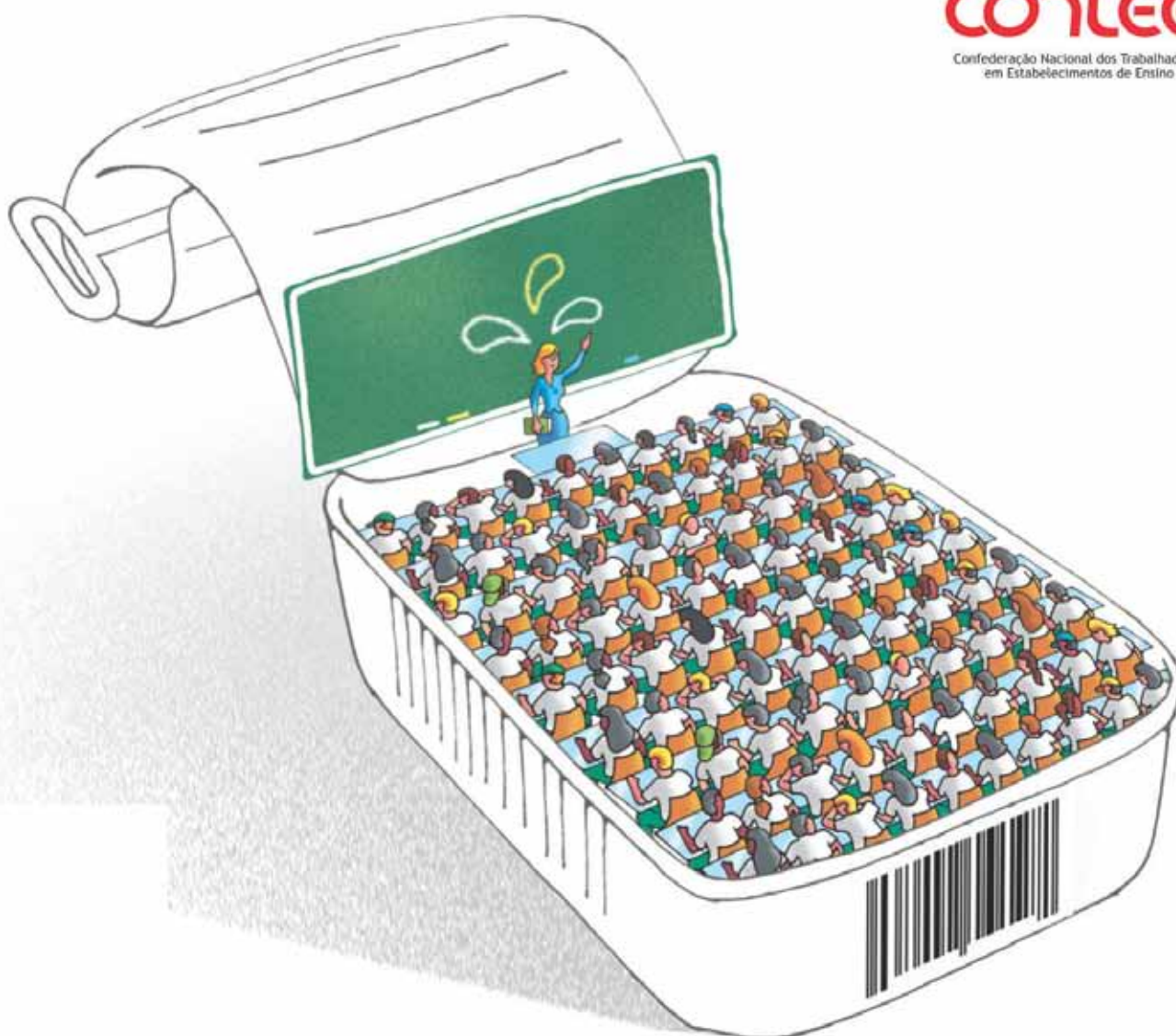
“O principal mérito do projeto é colocar a escola pública no centro do acesso ao ensino superior de qualidade. É valorizar a escola pública e dar aos milhões de jovens que estudam nelas a oportunidade real de ter acesso à universidade”, complementa Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Daniel ressalta que qualquer mudança proposta pelos

movimentos sociais na área de educação é amplamente atacada pela mídia. “Educação mexe com o status quo, é questão emancipatória. No caso da luta pelos 10% do PIB para a Educação, a batalha é grande, porque isso mexe com a prioridade orçamentária do país. E a imprensa representa exatamente as 200 famílias proprietárias da dívida interna brasileira, que não querem perder percentuais para a educação”, ataca.

No caso das cotas, ele acredita que a condenação intransigente reflete a defesa da elitização da universidade. “É um pouco de desespero da elite, porque o que está em jogo são as vagas dos seus filhos”, compara. Sérgio Custódio também atribui às críticas conservadoras ao ranço da elite. “É preciso acabar com esta concepção de que os bens públicos servem a eles. Inclusive as universidades. O Brasil está crescendo e precisa de milhões de profissionais bem formados para alavancarem este crescimento”, argumenta.

As universidades federais terão até quatro anos para se adaptar às novas regras, mas até um ano para adotar ao menos 25% do que a lei prevê. **c**



Limite de alunos por turma

Bom para quem ensina

Bom para quem aprende



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino